

Título

Número:

O Papel da Engenharia na Redução das Desigualdades Regionais

Abrangência: Nacional

Eixo Temático: Reurbs, Moradia, Tecnologia Social

Indicador(es) impactado(s) pela Proposta?

Moradia: Domicílios com coleta de Resíduos Adequada; Domicílios com Iluminação Elétrica Adequada; Domicílios com Paredes Adequadas; Domicílios com Piso Adequado.

Situação existente:

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades regionais, que se manifestam de forma contundente na distribuição e na qualidade da infraestrutura. Milhões de cidadãos, particularmente nas periferias urbanas e em áreas rurais, vivem em condições de precariedade habitacional, sem acesso adequado a serviços essenciais como saneamento básico, água tratada, energia elétrica, mobilidade urbana eficiente e infraestrutura de saúde e educação. Essa carência infraestrutural não apenas compromete a dignidade e a saúde da população, mas também perpetua ciclos de pobreza, limita oportunidades de desenvolvimento econômico local e amplia o fosso social entre regiões. A urbanização desordenada, a ocupação de áreas de risco e a proliferação de assentamentos informais, muitas vezes desprovidos de regularização fundiária (REURB), são reflexos dessa disparidade. Apesar dos esforços, a atuação da engenharia no país nem sempre é plenamente integrada às políticas públicas de desenvolvimento regional e social, resultando em projetos isolados ou na falta de planejamento abrangente que priorize as necessidades das populações mais vulneráveis. É fundamental que a expertise dos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências seja estrategicamente aplicada para reverter esse quadro, garantindo que o direito à cidade e a uma vida digna seja uma realidade para todos os brasileiros, independentemente de sua localização geográfica.

Justificativa:

A superação das desigualdades regionais no Brasil é um desafio complexo que exige uma abordagem multifacetada, na qual a engenharia desempenha um papel central e insubstituível. Esta proposta justifica-se pela urgência de posicionar os profissionais do Sistema Confea/Crea e Mútua como protagonistas na formulação e execução de políticas públicas que utilizem a infraestrutura como vetor de desenvolvimento equitativo. A intervenção qualificada em áreas como saneamento, habitação de interesse social, mobilidade e regularização fundiária urbana (REURB) não é meramente técnica; é uma ação transformadora com impacto direto na qualidade de vida, saúde pública, inclusão social e dinamização econômica das regiões desfavorecidas. Ao integrar a expertise da engenharia desde as etapas iniciais de diagnóstico e planejamento até a execução e monitoramento de projetos, garantimos que as soluções adotadas sejam técnicas, econômicas, ambientais e socialmente sustentáveis. A contribuição desses profissionais é vital para otimizar o uso de recursos públicos, evitar desperdícios, mitigar riscos e promover a inovação, inclusive através de tecnologias sociais adaptadas às realidades locais. Investir em infraestrutura estratégica via políticas públicas bem desenhadas e executadas por profissionais capacitados é o caminho mais eficaz para construir um Brasil mais justo, inclusivo e com oportunidades para todos os seus cidadãos, consolidando o compromisso da engenharia com o desenvolvimento nacional.

Proposição:

Fundamentação Legal:

Art. 1º da Lei nº 5.194, de 1966: As profissões de engenheiro e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 1º do Anexo II da Resolução nº 1.013, de 2005: O Congresso Nacional de Profissionais – CNP é um fórum organizado pelo Confea, apoiado pelos Crea e pelas entidades nacionais, que tem por objetivo discutir e propor políticas, estratégias e programas de atuação, visando à participação dos profissionais das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea no desenvolvimento nacional, propiciando maior integração com a sociedade e entidades governamentais. Constituição Federal de 1988 (Art. 3º, III e Art. 6º): Fixa a redução das desigualdades regionais e sociais como objetivo fundamental, e a moradia como direito social, demandando políticas públicas e infraestrutura adequada para sua garantia.

Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade): Regulamenta a política urbana, com diretrizes para planejamento e gestão do solo urbano e habitação de interesse social, base para REURB e moradia.

Lei nº 13.465, de 2017: Institui a Regularização Fundiária Urbana (REURB), essencial para o eixo temático, instrumentalizando a legalização de assentamentos informais e demandando a atuação da engenharia na requalificação urbana.

Sugestão de mecanismos para implementação:

A presente proposição visa à criação e implementação de um Programa Nacional Integrado de Engenharia e Políticas Públicas para a Redução das Desigualdades Regionais. Este programa estratégico, a ser desenvolvido em colaboração com os órgãos governamentais nas três esferas (federal, estadual e municipal) e articulado pelo Sistema Confea/Crea e Mútua, terá como pilares:

Priorização Inteligente de Investimentos em Infraestrutura: Direcionar recursos públicos para projetos de infraestrutura essencial (saneamento básico, habitação de interesse social, mobilidade urbana/rural, energia e conectividade digital) em municípios e regiões que apresentam os maiores índices de carência e desigualdade. Isso inclui a formulação de um mapa de prioridades baseado em indicadores sociais e econômicos.

Fomento à Regularização Fundiária Urbana (REURB) Acelerada: Promover a execução eficiente da REURB, oferecendo suporte técnico e metodológico aos municípios, garantindo a integração dos profissionais da engenharia e agrimensura desde a fase de diagnóstico até a emissão de títulos, visando à dignidade habitacional e à formalização urbana.

Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologias Sociais e Construtivas Inovadoras: Incentivar a pesquisa, desenvolvimento e aplicação de soluções de engenharia de baixo custo, alta replicabilidade e sustentáveis, adaptadas às realidades locais, especialmente para moradia popular e infraestruturas comunitárias, valorizando o conhecimento técnico e a inovação.

Capacitação e Engajamento Multidisciplinar dos Profissionais: Estruturar programas contínuos de capacitação para os profissionais do Sistema em temas como planejamento urbano e regional, legislação de políticas públicas, gestão de projetos sociais e tecnologias sustentáveis, estimulando a atuação em equipes multidisciplinares que considerem as dimensões social, ambiental e econômica dos projetos.

Monitoramento e Avaliação de Impacto: Estabelecer um sistema robusto de monitoramento e avaliação do impacto das intervenções de infraestrutura na redução das desigualdades regionais, utilizando indicadores claros e transparentes para aprimorar continuamente as políticas públicas e otimizar a alocação de recursos.

Este programa busca, em suma, transformar a engenharia em uma força motriz ativa e planejada para a construção de um Brasil mais equitativo, onde o acesso à infraestrutura de qualidade seja um direito universal e um catalisador para o desenvolvimento sustentável em todas as regiões.

A implementação do Programa Nacional Integrado de Engenharia e Políticas Públicas para a Redução das Desigualdades Regionais pode ser concretizada por meio dos seguintes mecanismos estratégicos:

1 **Observatório Nacional de Infraestrutura e Desigualdades Regionais (ONID):** Criar um observatório nacional para mapear, via dados de IBGE/SNIS, as carências infraestruturais (saneamento, habitação, mobilidade, REURB) nas regiões brasileiras. O ONID gerará relatórios e painéis interativos, fornecendo subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas e a priorização inteligente de investimentos, garantindo a análise qualificada da engenharia.

2 **Programa de Apoio Técnico e Mentorias para Municípios (PROMUNICÍPIO ENGENHEIRO):** Implementar um programa de suporte técnico direto a municípios de menor porte e com baixos IDHs. Equipes multidisciplinares do Sistema Confea/Crea e parceiros auxiliarão na elaboração de projetos executivos (saneamento, habitação social, REURB) e na capacitação de equipes locais, fortalecendo a capacidade municipal de planejar e executar obras de infraestrutura socialmente relevantes.

3 **Fundo de Inovação em Engenharia para o Desenvolvimento Social (FIEDS):** Estabelecer um fundo para financiar pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais e soluções construtivas inovadoras. O FIEDS priorizará inovações sustentáveis, de baixo custo e alta replicabilidade, focadas em moradia e infraestrutura popular (ex: saneamento descentralizado, métodos construtivos para REURB), visando impacto social direto e duradouro.

4 **Plataforma Nacional de Boas Práticas e Conhecimento Compartilhado ("Engenharia para a Equidade"):** Desenvolver uma plataforma digital colaborativa para o registro e disseminação de projetos bem-sucedidos, metodologias e lições aprendidas na aplicação da engenharia para a redução das desigualdades. Este hub de conhecimento facilitará a replicação de soluções eficazes e o intercâmbio de experiências entre profissionais, academia e gestores públicos.

5 **Prêmio "Inovação e Impacto Social na Engenharia Brasileira":** Criar um prêmio anual para reconhecer projetos de engenharia, agronomia e geociências com impacto significativo na redução das desigualdades regionais, melhoria de moradia ou sucesso em REURB. O prêmio incentivará a excelência técnica com foco social e a replicação de modelos comprovadamente transformadores em prol do desenvolvimento equitativo do país.